Desemprego e Qualidade no Emprego no Brasil.

O debate atual sobre a centralidade do desemprego na conjuntura do mercado de trabalho brasileiro divide-se em duas linhas básicas:

- aquela que identifica no desemprego elevado um problema grave e de longa duração, que exige políticas de emprego ativas para solucioná-lo;

- outra linha, oposta, que nega a existência do problema do desemprego, afirmando que o emprego é gerado em quantidade suficiente e que nossas taxas de desemprego estão próximas ao pleno emprego. No entanto, sugere que temos um problema na qualidade dos empregos gerados, ou de outra forma, em sua produtividade.

Em nossa visão, temos os dois problemas: a geração insuficiente de postos de trabalho que não permite a redução das taxas de desemprego abaixo dos patamares alcançados após 1992 e uma crescente precarização do mercado de trabalho, fenômeno que também ganhou maior intensidade nos anos 90.

Não há como negar o agravamento da situação do desemprego após 1989, Nesse ano, a taxa de desemprego total média foi de 8,7% da PEA, segundo os dados de SEADE/DIEESE, subindo para 15,2% em 1992. Tendo flutuado em torno desse número desde então, voltou a atingir 15,1% em 1996. Isso significa que o desemprego na década de 1990 subiu mais de 70% em relação ao último ano dos anos 80. Mesmo os dados do IBGE, que adota medidas mais restritivas de desemprego, seguem a mesma tendência, apesar de apresentarem percentuais bem mais baixos.

Cabe indagar as causas dessa elevação do desemprego e, mais que isso, as causas de sua permanência em patamares tão elevados, apesar das flutuações significativas da atividade econômica nos últimos anos.

Em primeiro lugar, há que se registrar a importância do processo de abertura econômica do país que, após 1990, implicou numa queda das tarifas médias de importação de 40% para 20% em 1992. Nesse último ano, tivemos a pior crise de desemprego desde 1981-83, em função da recessão gerada pelo fracasso do Plano Collor. Empregos foram perdidos com a substituição crescente de produção local por produção estrangeira devido à abertura e devido à recessão.

Nos anos seguintes, o desemprego diminuiu, mas não o suficiente para voltarmos à situação pré-abertura. Mesmo com o crescimento da economia nos anos 93-95, continuamos com o desemprego elevado. Isso se deve, primeiro, à continuidade do processo de abertura: de 1992 a 1995, a tarifa média de importação cai de 20% para 12,6%, sendo que o grau de abertura foi enormemente potencializado devido à forte sobrevalorização da moeda após julho de 1994, com o Plano Real. O efeito sobre a estrutura industrial tem sido, em muitos casos, devastador, implicando na queima de milhões de empregos formais e na quebra de elos importantes das cadeias produtivas.

Também há que se considerar o efeito da âncora cambial sobre a taxa de crescimento econômico. Em função da lógica desse mecanismo de estabilização, as taxas de juros reais são utilizadas como forma de atração de capitais financeiros internacionais, mantendo assim limites à retomada dos investimentos e impedindo uma taxa de crescimento da economia maior que a observada. Assim, crescemos a taxas médias de 3% a 4% ao ano, quando seriam necessárias taxas superiores a 7% para permitir uma queda sustentada nas taxas de desemprego. Vale lembrar que essa é a taxa média de crescimento da economia brasileira do pós-guerra até o início dos anos 1980.

O desemprego elevado, como vimos, é um problema presente. Mas também está presente a crescente precarização das relações do trabalho. Aumenta o trabalho por tempo parcial, com baixíssimas remunerações, sem proteção social, sem organização sindical.

A cada ano, cresce o número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e, portanto, obrigados a abrir mão de seus direitos trabalhistas. A própria mudança estrutural da composição da ocupação no mercado de trabalho contribui para a precarização, pois lado a lado com a redução da participação do emprego industrial, caracterizado pela predominância de relações

*Representante da CUT no CODEFAT.

formais, cresce a participação do emprego no comércio e serviços, onde as relações de trabalho ocorrem com um grau maior de precarização.

Um levantamento da PED-RMSP (Pesquisa de Emprego e Desemprego) revela que no período de 1989 a 1996 houve eliminação de 360 mil assalariados no setor privado com carteira de trabalho assinada, enquanto subiu em 233 mil o número de assalariados sem carteira de trabalho. (os dados da PNAD, para Brasil, caminham na mesma trajetória, em 1989, 59,3% dos trabalhadores tinham carteira assinada no trabalho principal, caindo para 57,1% em 1995.

Nesse período, segundo a PED-RMSP, houve também um importante crescimento do número de trabalhadores autônomos. Foram 418 mil, sendo que destes, 248 mil autônomos para o público (camelôs, ambulantes etc.), 177 mil autônomos para empresa, neste caso, resultado na maioria das vezes da terceirização.

A perda da qualidade no emprego, se por um lado é um fenômeno mundial, por outro tem especificidade no Brasil. No nosso caso, é impressionante a "flexibilidade de fato" de nosso mercado de trabalho. Nos anos de maior volatilidade da atividade econômica, os ajustes no emprego tem sido feitos pela troca de empregos formais e regulamentados por empregos informais e não regulamentados, muitas vezes traduzindo uma aberta fraude trabalhista de empresas legalmente constituídas. Parece haver pouca ação do Estado no sentido de evitar esses processos, principalmente após o nítido esvaziamento das estruturas de fiscalização nos anos noventa.

Tanto a melhoria da qualidade dos empregos quanto a do nível do emprego exigem políticas claras da parte das autoridades econômicas. Ambas demandam uma economia em crescimento a taxas acima das previstas no atual plano de estabilização. Caso contrário, teremos apenas ações isoladas, mas sem sustentação de longo prazo.

Políticas ativas de geração de empregos são também necessárias, com estímulos a investimento em infra-estrutura produtiva e social, em conjunto com políticas passivas, de proteção à renda do desempregado, formação profissional e intermediação de mão de obra, articuladas em um sistema público de emprego.

Ainda, deve-se dar ênfase a políticas de caráter redistributivista, no sentido de contraposição ao processo de exclusão, que é a manifestação mais dramática do desemprego de longa duração e da continua queda da qualidade dos empregos.